

ATROPELADOS PELO PROGRESSO
(OU: A ALMA ENGANADORA DAS RUAS)
RUN OVER BY PROGRESS
(OR: THE DECEITFUL SOUL OF THE STREETS)

Mariana da Silva Lima¹

Resumo: *Se há um tema que se destaca entre os inúmeros assuntos abordados por Machado de Assis na série “A semana”, publicada na Gazeta de Notícias entre os anos de 1892 e 1897, este é sem dúvida a modernização da cidade do Rio de Janeiro. Na qualidade de Capital Federal, o Rio concentrava as principais contradições enfrentadas pelo país nas tentativas de superar nosso passado colonial. Seguindo o procedimento indicado pelo próprio cronista e adotando então olhos de míope, para ver cousas miúdas e enxergar onde as vistas grandes não pegam, é possível fechar o foco da análise em alguns índices pontuais, como a Rua do Ouvidor – espaço de predileção do cronista e exemplar como divulgador de modas estrangeiras – e o bonde elétrico, símbolo de nossa corrida rumo ao progresso. Os acidentes que o bonde veio a provocar atuam igualmente como símbolo eloquente dos resultados desastrosos – quando não trágicos – dessa corrida.*

Palavras-chave: *Machado de Assis, crônicas, A semana, modernidade periférica.*

Abstract: *If there is one theme that stands out among topics discussed by Machado de Assis in the series “A Semana (“The Week””, published in the newspaper Gazeta de Notícias between 1892 and 1897, this is undoubtedly*

¹ Professora substituta no Departamento de Ciência da Literatura da Faculdade de Letras da UFRJ. Pós-doutoranda no Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

the modernization of the city of Rio de Janeiro. As the Federal Capital, Rio concentrated the major contradictions faced by the country in its attempts to overcome our colonial past. Following the procedure suggested by the chronicler and then adopting myopic eyes, to see small things and see where big views do not get, one can close the focus of analysis in some specific elements, such as the Ouvidor Street – one of the favorite places of the chronicler and exemplary as disseminator of foreign fashions – and the electric trolley, symbol of our race towards progress. The accidents caused by the tram also function as an eloquent symbol of the disastrous – if not tragic – results of that race.

Keywords: Machado de Assis, chronicles, *The Week*, peripheral modernity.

Seis entradas para carruagem, mil lâmpadas, uma multidão de espectadores, guardas, corretores de ingressos. É um teatro. Lê-se sobre as portas (...): “Sátira e moral!”. Os ingressos são caríssimos, redigem-se aí longos artigos de crítica, aplaude-se prolongadamente e as vaias são raras... Um templo!

Mas, é um templo fantasiado. Retirando-se a inscrição Sátira e Moral, não será difícil ler:

– Cancã e chanchada.

(Anton Tchekhov, no conto “Fantasiados”)

Em 16 de outubro de 1892, Machado de Assis registrou, na coluna semanal de crônicas que mantinha na *Gazeta de Notícias*, sua reação ao ver pela primeira vez o bonde elétrico. O cronista relata que passava pela praia da Lapa em um bonde comum, quando cruzou com um do novo modelo. Eis como descreve sua impressão:

Para não mentir, direi que o que me impressionou, antes da eletricidade, foi o gesto do cocheiro. Os olhos do homem passavam por cima da gente que ia no meu bonde, com um grande ar de superioridade. Posto não fosse feio, não eram as prendas físicas que lhe davam aquele aspecto. Sentia-se nele a convicção de que inventara, não só o bonde elétrico, mas a própria eletricidade. Não é meu ofício censurar essas meias glórias, ou glórias de empréstimo, como lhe queiram chamar espíritos vadios. As glórias de empréstimo, se não valem tanto como as de plena proprie-

dade, merecem sempre algumas mostras de simpatia. Para que arrancar um homem a essa agradável sensação? Que tenho para lhe dar em troca?

Através da figura do motorneiro, o cronista escarneia do excessivo orgulho nacional por estar finalmente ingressando na modernidade. A cena presta-se bem a abrir um comentário sobre a série “A semana”, a última que o escritor manteve em um jornal, entre os anos de 1892 e 1897: pois se há um tema que se destaca na série como um todo é a *modernização* – em especial em seu aspecto físico, revelado nas obras de redefinição do traçado do centro da cidade, a qual parecia querer apagar seu passado colonial e transformar-se em uma capital digna da Europa. O sentimento amplamente disseminado de satisfação nacional diante dos resultados dessa corrida pelo progresso seria sintetizado no famoso slogan lançado em 1904 na mesma *Gazeta de Notícias* em que Machado contribuía desde 1881: *O Rio civiliza-se*. A fórmula resumia o conjunto de transformações que marcou a inserção do Brasil na *Belle époque*: as reformas urbanísticas realizadas na então Capital Federal pareciam querer espelhar a onda mais ampla de mudanças inauguradas com a implantação do nascente regime, a República. Tudo indicava que finalmente alcançaríamos o mesmo passo dos países ditos civilizados.

No entanto, diante da euforia que enchia a cidade, os comentários de nosso cronista soam como uma nota dissonante. Ao debochar do condutor altaneiro, Machado de Assis revela certa desconfiança risonha em relação à soberba e à alegria generalizadas; porém, não devemos nos deter na brincadeira inofensiva que Machado faz ao descrever esta cena, mas seguir o raciocínio do cronista até as duas perguntas que ele coloca em aparente tom de gracejo no final do parágrafo. Se levarmos as duas questões a sério (“Para que arrancar um homem a essa agradável sensação? Que tenho para lhe dar em troca?”), elas poderão nos conduzir diretamente a uma resposta que, salvo engano, descreve o funcionamento dessa série de crônicas (e, quiçá, a obra de Machado como um todo): a “agradável sensação” que o cronista pode arrancar ao condutor do bonde (e ao leitor de suas obras) é aquela propiciada pelas ilusões do progresso, e o que ele tem para lhe dar em troca são visões incomodamente críticas do país e de sua inserção no presente do mundo. Para que o transtorno?

O presente do mundo: o período em que Machado escreveu as crônicas da série “A semana” concentrou intensas mudanças sociais, políticas e econômicas não somente no Brasil, mas em um mundo cada vez mais

integrado. Desencadeadas por uma nova dinâmica da economia capitalista, que se tornou de fato global, essas mudanças iriam afetar desde as estruturas e hierarquias sociais até as percepções de tempo e espaço das pessoas, seus costumes e convicções. Um “admirável mundo novo” surge entre o fim do século XIX e o início do XX, quando a aplicação da ciência (principalmente acadêmica) aos processos produtivos deu início à segunda fase da Revolução Industrial. Dali em diante, tudo seria diferente: o desenvolvimento de novas fontes energéticas (como a eletricidade e os derivados de petróleo) teria inúmeros desdobramentos nos transportes, nas comunicações e no modo de vida das pessoas. (Para ficarmos apenas em alguns exemplos testemunhados por nosso cronista, lembre-se os veículos automotores, o telégrafo, o telefone, a fotografia e o raio X, além, é claro, dos bondes elétricos).

Ainda que essas transformações se concentrassem nos países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos, a nova dinâmica do capitalismo estendia “suas operações para regiões cada vez mais remotas do planeta”, incorporando essas áreas no vendaval de mudanças (HOBSBAWM, 2009c, p. 41). Como esse novo salto produtivo demandava a um só tempo grande quantidade de matérias-primas e novos mercados consumidores, teve início uma corrida entre as potências industriais que as levou “a disputar e dividir entre si as áreas ainda não colonizadas do globo ou a restabelecer vínculos de dependência estreitos com áreas de passado colonial”, em um processo conhecido como neocolonialismo ou imperialismo (SEVCENKO, 2006, p. 12). Assim, ao mesmo tempo em que incorporavam economicamente essas novas áreas de sociedades tradicionais e economias agrícolas, os países centrais instilavam-lhes seus hábitos e práticas de produção e consumo. Na condição de “capital do século XIX”, Paris era o centro irradiador dos princípios da civilização moderna.

O modelo de modernização representado por Paris liga-se inextricavelmente às obras de renovação urbana realizadas entre 1853 e 1870 a pedido do imperador Napoleão III e sob o comando do prefeito da cidade, o Barão Haussmann. Seu plano urbanístico fez surgir uma nova Paris “no coração da velha cidade medieval” (BERMAN, 1986, p. 171): as antigas ruas estreitas e sinuosas deram lugar a amplas avenidas e bulevares, os quais foram ordenados tanto *racionalmente*, para permitir o fluxo do tráfego e a movimentação em linha reta, quanto *estrategicamente*, para impedir definitivamente o levantamento de barricadas em Paris. Para erigir a capital moderna e elegante, Haussmann – que qualificou a si mesmo de “artista demolidor” – derrubou as construções antigas e deslocou os antigos mora-

dores das áreas centrais para a periferia. Assim, abriu espaço para a criação de uma nova sociabilidade, que iria se desenvolver ao longo dos bulevares e, em particular, nos cafés, logo transformados em símbolo da *vie parisienne*. Como indica Marshall Berman (1986, p. 173), “por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno” e logo passariam a ser reproduzidos “em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo, de Santiago a Saigon”.

Logo no início da série de crônicas que mantém na coluna “A semana”, Machado de Assis registra o começo do processo de renovação urbana do Rio de Janeiro, que tinha o de Paris como modelo. Nesse momento, o “artista demolidor” local era Barata Ribeiro, o prefeito da cidade nomeado pelo presidente Floriano Peixoto². A atuação de Barata Ribeiro na Prefeitura ficou marcada pela demolição dos cortiços localizados no centro da cidade, em particular pelo maior deles, conhecido como “Cabeça-de-Porco”, e cuja destruição é tema da crônica de 29 de janeiro de 1893. O processo de racionalização da velha cidade só seria concluído na década seguinte, com a construção da Avenida Central durante o mandato de Pereira Passos, quando o processo se intensificaria a ponto de o período ficar conhecido como “bota-abaixo”. A rapidez das transformações da paisagem urbana suscitaria o seguinte comentário de Lima Barreto: “De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia” (*apud* SEVCENKO, 2003, p. 36). Guardemos essa imagem e a ela acrescentemos esta outra, fornecida por Machado de Assis (em 22 de maio de 1892) a propósito da exposição do *Panorama Circular da Cidade do Rio de Janeiro*, de Vitor Meireles:

Todos viram o montão daqueles detritos ao pé do barracão onde o nosso artista Vítor Meireles mostra o panorama do Rio de Janeiro³. Suspeito que aquilo foi ideia do próprio Vítor Meireles. Conta-se de um empresário de teatro que, para dar mais perfeita sensação de certo trecho musical, cujo assunto eram flores, mandou encher a sala do espetáculo de essência de violetas. Tal-

2 Como nota John Gledson, o primeiro ano da série de Machado (de abril de 1892 até dezembro de 1893, quando a *Gazeta de Notícias* é suspensa por um mês por desafiar a censura de Floriano) cobre todo o ano de Barata Ribeiro na Prefeitura (que também começa em abril de 1892 e vai até maio do ano seguinte).

3 Executado pelo artista em Bruxelas, entre os anos de 1886 e 1887, o *Panorama Circular da Cidade do Rio de Janeiro* só foi exposto na cidade em 1892.

vez a ideia do nosso artista fosse proporcionar aos nossos visitantes a vantagem de ver e cheirar o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo, tudo por dois mil-réis.

O lixo ao pé do panorama: eis uma imagem dialética que remete, a um só tempo, à sujeira característica da antiga cidade, cuja herança e traçado colonial se queria superar, e a um dos tipos de representação moderna da cidade – o panorama, no qual “a cidade amplia-se, transformando-se em paisagem” (BENJAMIN, 2006, p. 42). Outra imagem que, assim como a do condutor do bonde, sintetiza o objeto deste estudo: ao lado do panorama da cidade (a qual refletia metonimicamente a situação do país), os detritos do passado que teima em não passar. A ambiguidade aqui reside justamente no fato de que os dois aspectos não se opõem: entre o panorama e os detritos, a elegância e a sujeira, os burgueses e os pobres (fossem os da cidade ou os do campo), as nações civilizadas e as ditas atrasadas, “a diferença não era um vestígio do passado, em vias de desaparecer, nem um acidente, mas um traço substantivo da atualidade periférica, com muito futuro pela frente” (SCHWARZ, 2012, p. 169).

Três imagens: o motorneiro que conduz o país nos trilhos do progresso, orgulhoso como se fosse, ele próprio, o responsável por esse avanço; a renovação urbana feita de um golpe, como se fosse uma mudança de cenário; a exibição do panorama de uma cidade como se ela fosse moderna nos moldes europeus. O aspecto farsesco das três imagens decorre da percepção, por parte dos dois escritores, das contradições inerentes à modernidade tal como vivida na periferia do capitalismo. Como paradoxo central, a tentativa das novas elites nacionais, que em alguma medida partilhavam do liberalismo e das aspirações de civilização e modernidade, de “inserir-se no concerto das nações modernas mediante a continuação e mesmo o aprofundamento das formas de exploração colonial do trabalho, aquelas mesmas que o ideário liberal deveria suprimir” (SCHWARZ, 2012, p. 168). Em alguma medida, parece subjazer às três imagens a percepção de que “as ex-colônias não eram nações como as outras, que lhes serviam de exemplo e a que queriam equiparar-se”, e que as condições históricas particulares da formação de nossa nacionalidade moderna inauguravam “uma comédia ideológica original, distinta da europeia, com humilhações, contradições e verdades próprias, que no entanto não dizia respeito apenas ao Brasil, como pareceria, mas ao conjunto da sociedade contemporânea, da qual era uma parte específica, tão remota quanto integral” (SCHWARZ, 2012, pp. 168-169).

O processo de modernização do Rio de Janeiro, feito à imagem e semelhança do parisiense, assim como a referência à farsa suscitada pelas imagens destacadas, remete-nos inevitavelmente ao trecho de abertura do *18 de brumário de Luís Bonaparte*, no qual Marx corrige a ideia de Hegel de que a história necessariamente se repete: “Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”.

Contudo, como lembra Slavoj Žižek (2011, p. 18) ao retomar a paráfrase de Marx sobre Hegel, Herbert Marcuse “deu mais uma volta no parafuso”, acrescentando que “às vezes, a repetição disfarçada de farsa pode ser mais aterrorizante do que a tragédia original”. De fato, as crônicas da “Semana” também mostram que, atrás do bonde conduzido pelo orgulhoso motorneiro, ficaram muitas vítimas de atropelamentos. Os despejados dos cortiços foram buscar moradia nos morros próximos ao centro do Rio, dando início às primeiras favelas da cidade. As duas crises que cercam o início e o final da série – a Revolta da Armada e a Guerra de Canudos – indicam que a implantação do novo regime seria feita a ferro e fogo. Os próprios epítetos atribuídos a Floriano Peixoto – “Consolidador da República” e “Marechal de Ferro” – dão conta da violência empregada em todo esse processo de modernização.

Para que se verifique, então, o modo como essas relações são captadas neste conjunto de textos, proponho o emprego de um procedimento indicado pelo próprio escritor em outra crônica da série (a de 11 de novembro de 1897) e, adotando assim *olhos de míope*, para ver cousas miúdas e enxergar onde as vistas grandes não pegam, fechar o foco da análise em alguns índices pontuais, como a Rua do Ouvidor – espaço de predileção do cronista e exemplar como divulgador de modas estrangeiras – e o bonde elétrico, que pode ser visto como símbolo de nossa corrida rumo ao progresso. Os acidentes que o bonde veio a provocar atuam no mesmo sentido, agindo como símbolo eloquente dos resultados desastrosos – e muitas vezes trágicos – dessa corrida.

Um dos primeiros passos da modernização do país foi a tentativa de eliminação, no espaço físico da cidade, dos vestígios do passado agrário e escravista. Duas crônicas de 1893 já apontam para o início das reformas urbanas, destinadas a modernizar a capital da recém-proclamada República do Brasil. As duas foram escritas em janeiro, mostrando o ímpeto reformador que guiava as ações do primeiro prefeito do Distrito Federal, Barata Ribeiro – o qual, apesar de ter assumido a prefeitura em 1892, desde

o ano anterior já atuava na administração da cidade no cargo de presidente do Conselho de Intendentes Municipais.

No dia oito de janeiro de 1893, Machado escreve: “Mas vamos ao meu ofício, que é contar semanas. Contarei a que ora acaba e foi mui triste. A desolação da Rua Primeiro de Março é um dos espetáculos mais sugestivos deste mundo”. Nesse trecho, o autor demonstra certa nostalgia em relação à paisagem urbana em um passado recente, mas que já não pode ser reconhecida por seus habitantes. Ele parece sentir falta dos personagens que compunham o cenário urbano no tempo em que a Primeiro de Março ainda se chamava Rua Direita: “Já ali não há turcas, ao pé das caixas de bugigangas; os engraxadores de sapatos com as suas cadeiras de braços e os demais aparelhos desapareceram”.

Como em diversas outras crônicas, o que parece incomodar ao escritor é a tentativa de regulamentação das atividades que se dão de forma espontânea e que constituiriam a característica da cidade: “não há sombra de tabuleiro de quitanda, não há samburá de fruta. Nem ali nem alhures. Todos os passeios das calçadas estão despejados dela. Foi o prefeito municipal que mandou pôr toda essa gente fora do olho da rua, a pretexto de uma postura, que se não cumpria”. Machado demonstra certa antipatia em relação a leis municipais que visavam à manutenção da ordem pública, mas às expensas da organização espontânea da população.

Em verdade, a posse das calçadas é antiga. Há vinte ou trinta anos, não havia a mesma gente nem o mesmo negócio. Na velha Rua Direita, centro do comércio, dominavam as quitandas de um lado e de outro, africanas e crioulas. Destas, as baianas eram conhecidas pela trunfa, – um lenço interminavelmente enrolado na cabeça (...). Ao lado da igreja da Cruz vendiam-se folhetos de várias espécies, pendurados em barbantes. Os pretos-minas teciam e cosiam chapéus de palha. Havia ainda... Que é que não havia na Rua Direita?

Logo, para além do tom melancólico presente nesses comentários, o que eles revelam de fato é que as reformas não se restringiram ao espaço físico da cidade, mas se estenderam aos hábitos da população. Como indica Maria Ciavatta em seu excelente estudo *O mundo do trabalho em imagens*, a modernização da Capital Federal se deu a partir de um processo de restrição das liberdades civis.

Muito embora o prefeito da cidade mais associado às reformas urbanas tenha sido Pereira Passos, Barata Ribeiro, já nos últimos anos do

século XIX, empreendeu ações importantes, como o combate aos cortiços. Por constituírem uma forma de habitação barata e de boa localização, já que abrigavam diversas famílias e ficavam no centro da cidade, os cortiços absorviam a enorme parcela de ex-escravos e imigrantes europeus atraídos pela capital. O mais famoso desses cortiços, conhecido como Cabeça de Porco, chegou a ter quatro mil moradores. Machado registra, com sua usual dose de sarcasmo, a derrubada desse cortiço em texto de 29 de janeiro de 1893: “Gosto deste homem pequeno e magro chamado Barata Ribeiro, prefeito municipal, todo vontade, todo ação, que não perde o tempo a ver correr as águas do Eufrates. Como Josué, acaba de pôr abaixo as muralhas de Jericó, vulgo *Cabeça de Porco*”. O autor dá prosseguimento à metáfora bíblica, e emenda:

Chamou as tropas, segundo as ordens de Javé; durante os seis dias da escritura, deu volta à cidade e depois mandou tocar as trombetas. Tudo ruiu, e, para mais justeza bíblica, até carneiros saíram de dentro da *Cabeça de Porco*, tal qual da outra Jericó saíram bois e jumentos. A diferença é que estes foram passados a fios de espada. (...)

Outra diferença. Na velha Jericó houve , ao menos, uma casa de mulher que salvar, porque a dona tinha acolhido os mensageiros de Josué. Aqui nenhuma recebeu ninguém. Tudo pereceu portanto, e foi bom que percesse. Lá estavam para fazer cumprir a lei a autoridade policial, a autoridade sanitária, a força pública, cidadãos de boa vontade, e cá fora é preciso que esteja aquele apoio moral, que dá a opinião pública aos varões provadamente fortes.

Com isso, é possível perceber que, na virada do século, a cidade do Rio de Janeiro se assemelhava a um gigantesco canteiro de obras. O escritor comenta com sarcasmo os problemas urbanos da época. Entre eles – e um dos principais motivos que levou os governantes da época a empreenderem reformas na cidade – estava o problema das doenças provocadas pelas más condições de habitação da população. Em crônica de outubro de 1893, Machado utiliza uma epidemia de cólera como matéria de elaboração ficcional. Ele inicia sua narrativa contando o susto que levou ao chegar à rua do Ouvidor e saber que um empregado do correio adoecera de cólera. Ao voltar para casa de bonde, comentava-se a notícia, e já eram três os casos da doença. Na Lapa, entrou um homem que lhe disse terem visto o bacilo. A partir desse comentário, que não sabemos se foi ouvido ou inventado pelo cronista, Machado reproduz o que teria sido seu diálogo com o passageiro:

- O bacilo? , perguntei admirado.
- Sim, senhor, o bacilo vírgula; era assim, disse ele, virgulando o ar com o dedo indicador, – e foi o diabo para matá-lo. Ele corria, abaixo e acima, no ar, no chão, nas paredes, metia-se por baixo das mesas, nos chapéus, nas malas, em tudo. Felizmente, tinham-se fechado as portas, e um servente com a vassoura deu cabo do bicho. Aquele não pega outro.

Outra crônica que reflete as iniciativas visando a instauração da ordem pública é a de 19 de fevereiro de 1893, na qual o escritor conta haver recebido por engano uma intimação da intendência municipal. Embora o papel se destinasse a seu vizinho, suscita reflexões que também diziam respeito a ele, como veremos: “Esta intimação começava dizendo que ele tinha de ir pagar a certa casa, na Rua Nova do Ouvidor, a quantia de mil e quinhentos réis, preço da placa do número da casa em que mora”. Em nota, John Gledson explica que “a intendência tentava neste momento estabelecer um sistema de foros na cidade, sistema cujas falhas Machado expõe aqui”. O cronista segue:

Concluí que também eu teria de pagar mil e quinhentos, quando recebesse igual papel, porque a minha casa também recebera placa nova. O papel era assinado pelo fiscal. Achei tudo correto, salvo o ponto de ir pagar a um particular, e não à própria intendência; mas a explicação estava no fim.

Se a pessoa intimada não pagasse no prazo de três dias, incorreria na multa de trinta mil-réis. Estaquei por um instante; três dias, trinta mil-réis, por uma placa, era um pouco mais do que pedia o serviço, – um serviço que, a rigor, a intendência é que devia pagar. Mas estava longe dos meus espantos. Continuei a leitura, e vi que, no caso de reincidência, pagaria o dobro (sessenta mil-réis) e teria oito dias de cadeia. Tudo isto em virtude de um contrato.

O papel e a alma caíram-me aos pés. Oito dias de cadeia e sessenta mil-réis se não pagar uma placa de mil e quinhentos! Tudo por contrato. Afinal apanhei o papel, e ainda uma vez o li; meditei e vi que o contrato podia ser pior, – podia estatuir a perda do nariz, em vez da simples prisão. A liberdade volta; nariz cortado não volta. Além disso, se Xavier de Maistre, em quarenta e dois dias de prisão, escreveu uma obra-prima, por que razão, se eu for encarcerado por causa da placa, não escreverei outra? Quem

sabe se a falta de cadeia não é que me impede esta consolação intelectual? Não, não há pena; esta cláusula do contrato é antes um benefício.

Nas observações empreendidas na sequência pelo cronista, vê-se que não é de hoje a existência de “leis que pegam” e “leis que não pegam”: “Verdade é que um legista, amigo meu, afirma que não há carcereiro que receba um devedor remisso de placas. Outro, que não é legista, mas é devedor, há três meses, assevera que ainda ninguém o convidou a ir para a Detenção. A pena é um espantinho”. O cronista chega a se lamentar: “Que desastre! Justamente quando eu começava a achá-la útil. Pois se não há cadeia de verdade, é o caso de vistoria e demolição”.

Como parte dessa mesma iniciativa de reordenamento urbano, o Conselho Municipal havia decretado o fim dos quiosques, o que leva o cronista a comentar, em 16 de abril de 1893:

Não obstante, lá vão os quiosques embora. Assim foram as quitadeiras crioulas, as turcas e árabes, os engraxadores de botas, uma porção de negócios da rua, que nos davam certa feição de grande cidade levantina. Por outro lado, se Renan fala verdade, ganhamos com a eliminação, porque tais cidades, diz ele, não têm espírito político, ou sequer municipal; há nelas muita tagarelice, todos se conhecem, todos falam uns dos outros, mobilidade, avidez de notícias, facilidade em obedecer à moda, sem jamais inventá-la. Não; vão-se os quiosques, e valha-nos o conselho municipal. Os defeitos ir-se-ão perdendo com o tempo. Ganhemos desde logo ir mudando de aspecto.

Como temos observado, a cidade do Rio de Janeiro constituiu um palco privilegiado a partir do qual é possível acompanhar a tensão entre a derubada dos sinais de nosso passado colonial e a instauração de uma ordem capitalista mais moderna. Se levarmos adiante o movimento metonímico, no qual a parte lança luzes sobre o todo, a Rua do Ouvidor pode funcionar como índice das mudanças mais amplas que ocorriam pela cidade. Em crônica de 13 de agosto de 1893, Machado comenta um projeto de alargamento dessa rua:

Vamos à Rua do Ouvidor; é um passo. Desta rua ao *Diário de Notícias* é ainda menos. Ora, foi no *Diário de Notícias* que eu li uma defesa do alargamento da dita Rua do Ouvidor – coisa que

eu combateria aqui se tivesse tempo e espaço. Vós que tendes a cargo o aformoseamento da cidade, alargai outras ruas, todas as ruas, mas deixai a do Ouvidor assim mesmo – uma viela, como lhe chama o *Diário* – um canudo, como lhe chamava Pedro Luís. Há nela, assim estreitinha, um aspecto e uma sensação de intimidade. É a rua própria do boato. Vá lá correr um boato por avenidas amplas e lavadas de ar. O boato precisa do aconchego, da contiguidade, do ouvido à boca para murmurar depressa e baixinho, e saltar de um lado para outro. Na Rua do Ouvidor, um homem, que está à porta do Laemmert, aperta a mão do outro que fica à porta do Crashley, sem perder o equilíbrio. Pode-se comer um sanduíche no Castelões e tomar um cálix de madeira no Deroche, quase sem sair de casa. O característico desta rua é ser uma espécie de loja, única, variada, estreita e comprida. Depois, é mister contar com a nossa indolência. Se a rua ficar assaz larga para dar passagem a carros, ninguém irá de uma calçada a outra para ver a senhora que passa – nem a cor dos seus olhos, nem o bico dos seus sapatos, e onde ficará em tal caso “o culto do belo sexo”, se lhe escassearem os sacerdotes?

O cronista salienta os aspectos menores, intimistas e até mesmo provincianos da rua do Ouvidor, e clama pela sua manutenção. Há aí certo tom de melancolia, de alguém que deseja deter a marcha do tempo, ou pelo menos manter intacto o símbolo de um certo tempo ao qual se apegou. Mas os aspectos sentimentais são acrescidos de outros na crônica de 6 de dezembro de 1896, em que a dimensão reduzida da rua do Ouvidor é reiterada:

Ora, esta rua é o alçapão dos governos. Pela sua estreiteza, é a murmuração condensada, é o viveiro dos boatos, e mais mal faz um boato que dez artigos de fundo. Os artigos não se lêem, principalmente se o contribuinte percebe que tratam de orçamento e de imposto, matérias já de si aborrecíveis. O boato é leve, rápido, transparente, pouco menos que invisível. Eu, se tivesse voz no conselho municipal, antes de cuidar do saneamento da cidade, propunha o alargamento da rua do Ouvidor. Quando este beco for uma avenida larga em que as pessoas mal se conheçam de um lado para outro, terão cessado mil dificuldades políticas. Talvez então se popularizem os artigos sobre finanças, impostos e outras rudes necessidades do século.

Note-se que, ao contrário da crônica anterior, desta vez o narrador faz a defesa do alargamento da rua. Agora, não é mais a *sensação de intimidade, de aconchego e de familiaridade* que o cronista destaca – ou, por outra, são estes aspectos, porém investidos de uma carga política negativa. Se os mesmos traços são positivos para o indivíduo, fazendo com que ele *se sinta em casa*, na política tais elementos são prejudiciais – afinal, a política não é a casa dos indivíduos, ela não é – ou não deveria ser – o lugar onde eles cuidam de seus interesses pessoais. Não é difícil perceber que estamos bem perto aqui da teoria do *homem cordial*. E o fato de que a transferência da Capital Federal para Brasília em 1960, de certo modo, representou o alargamento da rua do Ouvidor, mas que nosso modo de fazer política não mudou como o cronista supunha, mostra que as atitudes políticas de uma sociedade não se relacionam tão diretamente assim com o planejamento arquitetônico e urbanístico – ainda que tais fatores tenham seu peso no modo como as pessoas agem em sociedade, e ainda que não seja exatamente esse o ponto defendido pelo cronista, se considerarmos que há certa dose de ironia em sua defesa do projeto.

Assim, comparando o nosso modo de fazer política com o daquelas nações em que as pessoas são imbuídas de espírito cívico (no melhor sentido que se possa atribuir à expressão, derivado de *civis*, cidadão), não espanta que fiquemos no âmbito diminuto do *boato* e do *mexerico* – e daí o grande achado do cronista, que, em texto de 23 de abril de 1893, expressa o verdadeiro deslocamento que representamos em relação ao pensamento político ocidental ao propor uma acertada tradução de Shakespeare:

Eu, se tivesse de dar *Hamlet* em língua puramente carioca, traduziria a célebre resposta do príncipe da Dinamarca: *Words, words, words*, por esta: *Boatos, boatos, boatos*. Com efeito, não há outra que melhor diga o sentido do grande melancólico. Palavras, boatos, poeira, nada, coisa nenhuma.

Em contraste agudo, à primeira vista, com tudo aquilo que representava nossa herança colonial, e que portanto deveria ser apagado das vistas da população, surgem as inovações técnicas da modernidade. Entre estas, uma das mais evidentes é a modernização do sistema urbano de transportes. Porém, assim como no caso da derrubada dos cortiços, o autor critica o progresso obtido à custa de vidas. Entre as diversas crônicas que comentam acidentes provocados por bondes, destaco a de 23 de outubro de 1892, em que Machado fala de dois senhores mortos por atropelamen-

to, ‘eliminados pelo progresso’. Ironicamente, atribui parte da culpa às próprias vítimas. Diz que, assim como há terras onde as companhias são obrigadas por lei a indenizar as vítimas dos desastres, deveriam, por uma questão de “equilíbrio de direitos e responsabilidades”, ter outra lei “que obrigasse os feridos e as famílias dos mortos a indenizarem as companhias pela perturbação que os desastres trazem ao horário do serviço”. Ele complementa: “Felizmente, como não temos a primeira lei, não precisamos da segunda, e vamos morrendo com a única despesa do enterro e o único lucro das orações”. E, com ironia, chega a defender os bondes: “Quando um grande poeta deste século perdeu a filha, confessou, em versos doloridos, que a criação era uma roda que não podia andar sem esmagar alguém. Por que negaremos a mesma fatalidade aos nossos pobres veículos?”. Contudo, como bem atesta a crônica de 16 de outubro de 1892 sobre o motorneiro do bonde elétrico, para Machado a arrogância implícita em uma modernização que se pagava com a vida do povo não era exclusiva à elite do país, e também a população mais pobre se deixava contaminar pela soberba de fazer parte das nações em progresso.

Outro âmbito em que se travava o combate entre passado colonial e modernização eram as próprias folhas dos jornais. Na crônica de 19 de novembro de 1893, por exemplo, Machado registra uma prática comum no século XIX: os anúncios nas folhas dos jornais de remédios milagrosos que prometiam curar uma variedade de doenças. A escrita da crônica é motivada pela leitura em um jornal do anúncio de um remédio. Como era hábito nesse tipo de reclame, a propaganda era obtida através da reprodução de relatos de pessoas que teriam sido curadas pelo remédio em questão, e assim atestavam suas qualidades terapêuticas:

Um dia destes, lendo nos diários alguns atestados sobre as excelências do xarope Cambará, fiz uma observação tão justa que não quero furtá-la aos contemporâneos, e porventura aos pósteros. Verdadeiramente, a minha observação é um problema, e, como o de Hamlet, trata da vida e da morte. Quando a gente não pode imitar os grandes homens, imite ao menos as grandes ficções.

Lembrando uma passagem da *História* de Heródoto, na qual se conta que Xerxes um dia teria chorado ao contemplar seu exército, perante a ideia de que, “ao cabo de um século, toda aquela gente estaria morta”, o cronista afirma que também ele ‘contempla e chora por efeito de igual ideia’:

“o exército é que é outro. Não são os homens que me levam à melancolia persa, mas os remédios que os curam”. Ligando assim um anúncio qualquer lido no jornal à narrativa daquele que é tido como *o pai da História*, Machado aciona um dos procedimentos de sua predileção – o rebaixamento –, no qual dados da experiência local são colocados lado a lado com clássicos da literatura universal (com um efeito a princípio redutor para o pólo nacional, a seguir pouco abonador para a experiência universal, no final das contas com um potencial crítico e dialético no qual os dois pólos são vistos um em função do outro⁴). Na conclusão do parágrafo, apresenta a questão que formulou a partir da leitura do anúncio: “Mirando os remédios vivos e eficazes, faço esta pergunta a mim mesmo: Por que é que os remédios morrem?”

Tendo essa pergunta como motivação das reflexões, a crônica apresenta um verdadeiro catálogo da medicina popular do século XIX. São listados remédios conhecidos pelos nomes de seus inventores – colírio Antônio Gomes, rapé Grimstone –, assim como pelo endereço onde podiam ser comprados (farmácias ou depósitos, quando não as próprias residências dos inventores); outros tinham nomes mais genéricos – “pílulas universais americanas”, “elixir antifleumático”, “bálsamo homogêneo”. Todos são imediatamente associados às diversas doenças que prometiam curar e, dado curioso, a maioria tinha um campo de ação surpreendentemente amplo: se o colírio de Antônio Gomes restringia-se às moléstias de olhos (embora promettesse, diferentemente dos concorrentes, restituir “a vista a quem a houvesse perdido”), as pílulas universais americanas “não se limitavam aos olhos, curavam também sarnas, úlceras, erupções cutâneas, erisipela e a própria hidropisia”. É possível perceber forte dose de ironia no modo como o cronista mimetiza a credulidade associada aos clientes desses praticantes informais da medicina pelos que descreem dela: “Muitas pessoas colheram o benefício inestimável que o remédio prometia. Saíram da noite para a luz, para os espetáculos da natureza, dispensaram a muleta de terceiro, puderam ler, escrever, contar”.

A crônica empreende um lamento em registro cômico pelo desaparecimento destes e de tantos outros remédios pertencentes ao campo da medicina popular – como o “xarope do Bosque, um remédio composto de vegetais, como se vê do nome, e deveras miraculoso” –, e também de práticas e ocupações antigas, como a das sanguessugas, cujo fim teria provocado o desaparecimento do ofício do barbeiro sangrador. Interrogando-se pelo motivo do fim de tantos remédios, conclui que as doenças vão mu-

4 Para uma análise dos efeitos desse procedimento, ver o ensaio “Leituras em competição”, de Roberto Schwarz.)

dando com os tempos (e cita como “prova” da correção de seu raciocínio o fato de que “grande parte dos remédios citados e não citados, existentes há quarenta e cinquenta anos, curavam particularmente a erisipela”, e que esta doença desapareceu). Assim, imagina um tempo futuro em que “certos medicamentos de hoje estejam mortos” e, mais do que isso, “um dia em que, por falta de doenças, acabarão os remédios, e o homem, com a saúde moral, terá alcançado a saúde física, perene e indestrutível, como aquela”. Contudo, o cronista não sustenta tal visão utópica e paradisíaca da existência humana, e fecha o texto com uma visão sarcástica do futuro:

Indestrutível? Tudo se pode esperar da indústria humana, a braços com o eterno aborrecimento. A monotonia da saúde pode inspirar a busca de uma ou outra macacoa leve. O homem receitará tonturas ao homem. Haverá fábricas de resfriados. Vender-se-ão calos artificiais, quase tão dolorosos como os verdadeiros. Alguns dirão que mais.

Em uma prática comum a Machado, o anúncio de jornal serve como trampolim para a imaginação do escritor, que elabora uma fantasia metafísica a partir de algo tão banal como um xarope. Desse modo, o texto constitui mais um eloquente exemplo dos meandros próprios à nossa modernização periférica, ilustrando a sobrevivência da medicina popular tradicional nas páginas dos modernos jornais.

Por outro lado, as mudanças ocorridas no cotidiano da cidade irão afetar a própria escrita jornalística, como se pode ver a partir de uma temática específica, ela própria pouco abordada nas crônicas de Machado de Assis: o *noticiário policial*. Nesta área, as mudanças podem ser observadas no que diz respeito tanto ao conteúdo quanto à forma. No primeiro caso, estão presentes nos comentários relativos ao aumento da violência na cidade em geral, como nesta crônica de 18 de agosto de 1895:

Tempo houve em que esta boa cidade dormia com as janelas abertas e as portas apenas encostadas. Não se andava na rua à noite. O painel do nosso Firmino Monteiro mostra-nos o famoso Vidigal e dois soldados interrogando um tocador de viola. As noites eram para as serenatas, e ainda assim até certa hora. O capoeira ia surgindo; multiplicou-se; fez-se ofício, arte ou distração...

Em contraste com os casos em geral, há comentários de ocorrências policiais em particular – e, nestas últimas, é para a *forma* da cobertura que

o cronista chama atenção. Veja-se a primeira ocorrência policial comentada pelo cronista, o famoso caso do assassinato de Maria de Macedo, na crônica de 25 de setembro de 1892.

Todavia, como há um limite para tudo, não ames como outros amaram aquela Maria de Macedo, cujo cadáver apareceu no Largo do Depósito. Digam o que quiserem; o homem gosta dos grandes crimes. Esta sociedade estava expirando de tédio. Uma ou outra sentença sobre negócios anônimos e ações nominais mal satisfazia a curiosidade, e não de todos, porque há muita gente que não conta de cem contos para cima; eu nem creio em milhares de contos. Ratonices de queijos e outras miudezas são como os biscoitos velhos e poucos; enganam o estômago, não matam a fome. E a fome vivia e crescia, sem nada que lhe pusesse termo, até que um gato descobriu no Largo do Depósito aquele tronco de gente. Foi um banquete pantagruélico. Um simples pedaço de cadáver, ensopado em mistério, bastou a faltar toda a cidade. Os mais gulosos pediam ainda a cabeça, as pernas e os braços. O mar, imensa panela, despejou esse manjar último. Agora pedimos os cozinheiros; venham os cozinheiros. Não sabemos tudo; não basta haver comido e perguntado pelos cozinheiros. Há muito mais que saber, – o processo e as minúcias da cozinha. E quando houvermos notícia da culinária e dos seus oficiais, restará ainda entrar fundo no estudo dessa mescla de lubricidade e ferocidade, rins de macaco e goela de hiena; fitar bem a imbecilidade do criminoso que vai vender uma parte da caça. Chegaremos assim aos abismos da inconsciência. Não importa a camada dos personagens para achar interesse num drama lúbrico. Visgueiro era um magistrado. Há muitos anos, junto aos canos da Carioca, Sócrates matou Alcibíades. Agora, o mal que resulta deste grande crime é não sabermos se ficará bastante curiosidade para acudir à eleição dos intendentes. Talvez não. Eleitor não é gato de sete fôlegos. Deixa-se ficar almoçando; os intendentes vão ser eleitos a cinquenta votos. Poucas semanas depois, trinta mil eleitores sairão de casa murmurando que a intendência não presta para nada.

Paralelamente à observação de que falta participação política aos cidadãos, o grande assunto da crônica é o *sensacionalismo* que dominou a cobertura do caso pela imprensa. Enquanto não se descobria o assassino, o crime ocupou as páginas dos jornais por longo tempo, mas Machado não

explorou o assunto com frequência. Apesar disso, não perdeu oportunidades de ridicularizar o barulho feito por outros órgãos de imprensa na cobertura do caso, bem como a exploração do crime. Em 15 de janeiro de 1893, comentando o problema da falta de “carnes verdes” (isto é, frescas) no mercado devido a uma disputa “entre os tradicionais fornecedores do interior do Estado do Rio e os importadores de carne congelada da Argentina”, escreve: “O assunto era a questão das carnes verdes; mas eu não falo de carnes verdes, como não falo das congeladas, que algumas pessoas comparam às carnes espatifadas de Maria de Macedo. Creio que esta pilhéria fará carreira; é lúgubre, mas é também medíocre”. Ele próprio usa imagens de extremo mau gosto, demonstrando sua verve mimética. Em 26 de fevereiro de 1893, critica a exploração do assunto pela imprensa:

A invenção de crimes, para serem publicados à maneira de romances, vale bem o dinheiro que se gasta com a segurança e a justiça públicas. Algumas dessas narrativas são demasiado longas e enfadonhas, como a *Maria de Macedo*, cujo sétimo volume vai adiantado; mas isso mesmo é um benefício. Mostrando aos homens os efeitos de um grande enfado, prova-se-lhes que o tipo do maçante, – ou *cacete*, como se dizia outrora – é dos piores deste mundo, e impede-se a volta de semelhante flagelo.

É curioso observar que o cronista parece dizer aqui o contrário do que diz no primeiro texto em que comenta o assassinato de Maria de Macedo, pois lá o crime vinha para tirar os cidadãos do tédio; agora, já é sua narrativa que os entedia. Esse dado, aliado ao uso do itálico ao referir-se ao crime, como se fosse o título de um romance, mostra que a imprensa se aproveitava do tipo de recepção a que os leitores estavam acostumados com o romance-folhetim, o qual era publicado em capítulos que deveriam conter muitas peripécias para manter o interesse do leitor.

Em suma, nos comentários sobre o cotidiano fluminense elaborados nas crônicas da série “A semana”, Machado de Assis captou as tensões vividas pela sociedade brasileira nos anos iniciais da Primeira República. Ocupando a posição de última série de crônicas do autor, os textos publicados entre 1892 e 1897 atestam a maestria alcançada no manejo da forma literária conjugada à aguda capacidade de interpretação crítica da estrutura do país.

De tudo o que foi dito, vê-se que não é pouco o que Machado tem a dar em troca da perda daquela “agradável sensação”, usufruída pelo cocheiro do bonde. Ao comentar os acontecimentos semanais na virada do século,

o cronista nos dá acesso a interpretações fortemente críticas da situação do país no mundo – uma situação que, como lembra Roberto Schwarz, ainda teria “muito futuro pela frente”.

BIBLIOGRAFIA

A Semana. Ed., intr. e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

BENJAMIN, Walter. “Paris, capital do século XIX”. IN: *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica. (Rio de Janeiro, 1900-1930)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOBBSAWN, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da vida privada no Brasil. Volume 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.